

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SUAS AULAS DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19

Vinícius Lopes Cruz¹
Lucas de Souza¹
Kelly Aparecida do Nascimento²
Deyliane Aparecida de Almeida Pereira³
Sérvulo Francklin de Oliveira⁴
Marcelo Maia Costa⁵
Fábio Florindo Soares⁶

viniciuslopesacruz@gmail.com

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO

A Pandemia da COVID-19 trouxe para a educação diversos empecilhos, devido ao ensino remoto. Assim, as escolas adaptaram suas ações para atender a esta nova forma de ensino no seu cotidiano. Diante deste contexto surge observação sobre como está sendo feita a inclusão dos alunos com deficiência nesta recente modalidade de ensino. O objetivo do estudo é identificar a percepção dos professores de Educação Física da Zona da Mata Mineira, sobre a inclusão de alunos deficientes nas aulas do ensino regular, durante o período da pandemia da COVID-19. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com indivíduos adultos, com idades entre 21-60 anos. O local de realização serão cidades da Zona da Mata Mineira, pertencentes à Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova. O instrumento de coleta de dados será um questionário contendo 8 questões fechadas e 1 aberta, que serão respondidas de forma online. Após a coleta dos dados e a sistematização

¹ Graduando do 5º Período do Curso de Educação Física, Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó-MG

² Educadora Física- Psicopedagoga- Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade - Professora da Univértix – Centro Universitário

³ Licenciatura e Bacharel em Educação Física – UFV. Mestre em Educação Física – UFV. Doutora em Ciências da Nutrição UFV. Professora do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

⁴ Licenciado plena em Educação Física – UFC. Mestre em Avaliação dos Efeitos de um Programa de Exercícios Físicos Individualizado em Pacientes Portadores de Hipertensão Arterial Sistêmica – UNEC. Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

⁵ Licenciado e Bacharel em Educação Física – UNEC. Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

⁶ Bacharel e Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Especialista em Atividades Motoras em Academias, Atividades Aquáticas e Personal Training. Mestrando em Actividad Física y Salud da Universidad Europea del Atlántico – Santander – Espanha. Professor do Curso Licenciatura em Educação Física da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX.

em uma planilha do Microsoft Excel, será realizada a inspeção visual dos dados para verificar possíveis duplicidades, inconsistências no preenchimento e/ou identificação de pessoas que não atendam aos critérios de inclusão. Posteriormente, os dados serão analisados pela estatística descritiva.

PALAVRAS-CHAVES: Pandemia do Coronavírus; Deficientes; Inclusão; Educação Física.

INTRODUÇÃO

A Educação Física é a disciplina que aborda as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, produzidas por grupos sociais no que sucede pela história. Assim, o movimento humano está sempre ligado no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo, pois é uma manifestação da cultura humana. (BRASIL, 2017).

Em contraponto, tais conceitos foram subestimados em decorrência da pandemia mundial. O ano de 2020 marca o início da contaminação mundial por um vírus respiratório conhecido como SARS-CoV-2, que foi responsável por causar um quadro inflamatório conhecido como doença do coronavírus 2019 (COVID-19). A pandemia do coronavírus causou ansiedade em grande parcela da população mundial, inclusive na população brasileira, e tem aflorado diversos tipos de sentimentos e emoções, independentemente da condição social ou cultural do indivíduo, conforme menciona Borba (2020).

Nesse contexto, verifica-se alterações nas instituições de ensino, inclusive quanto ao acesso de pessoas com deficiência às práticas de ensino. A Lei 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, reconheça que a educação é um direito das pessoas com deficiência, garantido em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em todas as modalidades, ao longo de suas vidas, tendo como objetivo primordial maximizar o desenvolvimento de seus talentos e conhecimento (BRASIL, 2015).

Diante disso, a Educação Física Inclusiva deve promover a igualdade de oportunidades, desenvolvendo habilidades e estratégias para combater a exclusão. Durante as atividades, os alunos serão ensinados sobre seus limites e como superá-

los, além de como lidar com a competição, o que ajudará a valorizar a diversidade e o respeito entre pessoas (LARA e PINTO, 2017).

Biedrzycki *et al.* (2020) afirma que Educação Física para alunos deficientes se apresenta como facilitadora no desenvolvimento das crianças e adolescentes, o que transforma a aula no ensino comum em um espaço ideal para que os educandos com deficiência aprendam desenvolvendo-se intelectual e fisicamente e assim se tornem mais autônomos no decorrer da vida.

Contudo, em função da pandemia da COVID-19 nos anos de 2020 e 2021, vários estabelecimentos e instituições de ensino, tanto de cunho público como privado, fecharam em sistema de *lockdown*. Dentro deste cenário, aderiram ao ensino remoto, que segundo Garcia *et al.* (2020, p.1), se trata de um: “formato de escolarização mediado por tecnologias, mantidas as condições de distanciamento professor e aluno.”

Saviani (2020 p. 5) afirma que o ensino remoto foi adotado como um substituto, neste período de Pandemia, em que a educação presencial se encontra suspensa. Desse modo, é um ensino praticado com o uso de tecnologias para que os dias letivos fossem cumpridos de maneira online, na intenção de minimizar os prejuízos, conforme preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), bem como manter contato constante com os alunos, objetivando reduzir a evasão escolar.

Diante deste cenário e em decorrência das dificuldades de acesso a informações e tecnologias, as desigualdades vivenciadas pelas pessoas com deficiências tornaram-se ainda mais acentuadas. Os educandos com deficiências foram afetados significativamente neste processo de ensino, uma vez que o acesso às tecnologias ou professores qualificados para educação inclusiva a distância, foram escassos ou inexistentes. Como resultado, a inacessibilidade à educação, a não adaptação dos recursos pedagógicos e o distanciamento às práticas de ensino contribuíram para maximização e/ou criação de novos empecilhos para a inclusão social desses estudantes (CURY *et al.*, 2020).

Ciente das dificuldades encontradas na inclusão escolar dos alunos com deficiência, principalmente no período da Pandemia da COVID-19, que traz consigo inúmeras dificuldades a serem sanadas na Educação Especial. Portanto, surge a indispensabilidade de saber como os alunos com deficiência estão sendo atendidos através do ensino remoto, sendo assim, justifica-se o presente trabalho.

A lacuna está relacionada à identificação da percepção dos professores de Educação Física sobre a maneira que os alunos com deficiência foram atendidos através das aulas remotas e quais as condições foram ofertadas pelas instituições de ensino, visto que são escassos estudos com essa temática.

Partindo do interesse pelo tema, tem-se como questão norteadora: Qual a percepção dos professores de Educação Física que atuam em municípios pertencentes à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ponte Nova quanto a inclusão dos alunos com deficiência em suas aulas? Logo, o objetivo será identificar a percepção dos professores de Educação Física que atuam em municípios pertencentes à SRE de Ponte Nova sobre a inclusão de alunos deficientes nas aulas do ensino regular durante o período da Pandemia da COVID-19.

É fundamental a compreensão deste fenômeno a fim de servir de alicerce para as futuras políticas públicas voltadas ao ensino de pessoas com necessidades especiais. Entre os benefícios incluídos a alunos com deficiência, podem-se citar alguns bastante importantes, como educação para todos, Benefício da Prestação Continuada e Matrícula em Escola Próxima da Residência (ELIAS, 2008).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Covid-19 é transmitida pelo vírus SARS-CoV-2, que causa a Síndrome Respiratória Aguda (SARS). Esse vírus, que se acredita ter se originado no morcego, é altamente transmissível entre humanos e responsável pela pandemia, doença que, entre outras coisas, afeta o processo de valorização do capital em economias avançadas e emergentes. As consequências da pandemia que isola o mundo inteiro vão além das considerações econômicas, pois afetam diretamente e com a mesma importância os setores sociais, sanitários e relacionados à saúde

(MACEDO, 2020)

Para Nóvoa (2020) a pandemia deixou claro as desigualdades no acesso à educação, pois, o ensino on-line para as classes mais pobres acabou ficando mais difícil, pela falta de equipamentos eletrônicos e da internet, dessa forma, inviabilizou em muitas localidades brasileiras as chamadas aulas virtuais e atividades feitas em tempo real pelos alunos.

No período de pandemia do COVID –19, em que não havia aulas presenciais e que as aulas estavam sendo adaptadas ao meio remoto, os alunos com deficiência precisavam de cuidados redobrados. É sabido que o processo de integração de alunos com deficiência nos ambientes educacionais atuais é extremamente difícil. No entanto, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estipula que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p.2).

Diante das dificuldades enfrentadas para ofertar ensino adequado de forma remota para alunos com deficiência de modo a assegurar medidas específicas para seus aprendizados. Portanto, é importante mencionar que o direito à educação inclusiva é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), quanto pela Convenção sobre Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de nº. 13.146/2015. E em contrapartida no que tange a relação com a pandemia, consta no parecer do nº. 5 CNE a necessidade de dar continuidade a esse direito, garantido.

A exemplo disso, tem-se a omissão do MEC quanto a definições de políticas educacionais para pessoas com deficiência no período pandêmico, conformando a desigualdade existente em relação à estes alunos, apesar de muitos avanços e vitórias jurídicas no Brasil.

De acordo com o artigo 4º da LBI, pessoas com deficiência tem direito à oportunidade e igualdade como todas as pessoas e não será sujeitado a qualquer forma de discriminação” (BRASIL, 2015, p. 12). De acordo com Cury *et al* (2020, p.

1), a pandemia expõe a desigualdade social e, resultante do sistema educacional. A desigualdade no acesso à informação e tecnologia, assim como a falta de oportunidades, foram ambas destacadas no plano educacional.

Segundo Santos (2018, p. 2):

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é estar com, é interagir

Em suma, verifica-se que a inclusão em tempos de pandemia apresenta desafios a serem superados para atender ao plano total de alunos e suas necessidades singulares. Cavalcante e Jimenez (2020) deixam claro em seu trabalho que o ensino a distância atualmente em uso, em decorrência da Pandemia do Coronavírus, não oferece condições de aprendizagem no sentido de se relacionar com a atual legislação brasileira sobre inclusão. Assim, não há um contexto atual de referência de ação nos órgãos governamentais para incluída de fato.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, que segundo Thomas e Nelson (2002, p. 35), é “direcionada principalmente ao estabelecimento de certas práticas; áreas de interesse; e a prevalência de certos erros, usos de termos e contagem de espaço”.

A amostra será composta por professores de Educação Física, de ambos os sexos, que atuam na educação básica com alunos deficientes. Como critérios de inclusão serão adotados: professores que possuam pelo menos quatro meses de experiência em Educação Física Escolar durante o período emergencial remoto e que possuía entre seus alunos ao menos um com algum tipo de deficiência. Tem-se como critérios de exclusão: professores de Educação Física que não possuíam escolares com deficiência em suas turmas e que não enviaram o questionário devidamente preenchido.

Para seleção dos professores será adotada a técnica Bola de Neve, que se trata de uma abordagem não probabilística, onde inicia-se enviando o documento necessário para uma pessoa “denominada semente”, assim a “semente” repassa o documento para os seus contatos auxiliando o pesquisador a alcançar novos públicos, por sua vez a nova “semente” repassa para outros contatos aumentando o número da amostra. Assim, estima-se que o tamanho amostral será de 20 professores (VINUTO, 2014).

Para o cumprimento das questões éticas, o projeto será submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UNIVÉRTIX para apreciação ética. Após a aprovação do referido comitê, serão informadas à amostra os objetivos do estudo, os riscos e benefícios, e a sua participação será concretizada mediante o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este estudo seguirá as especificações da Lei 466/2012 (BRASIL, 2012), que trata de pesquisa envolvendo seres humanos, resguardando-lhe o anonimato e autonomia de recusar-se ou desistir de fazer parte da amostra do estudo.

Para aqueles que aceitarem participar da pesquisa será disponibilizado um formulário desenvolvido através do *Google Forms* e encaminhado pelo meio de comunicação eletrônico denominado WhatsApp a fim de compreender por meio da percepção dos professores, como ocorreu a inclusão de alunos com deficiência, nas aulas remotas de Educação Física, durante o período da pandemia.

O instrumento de coleta de dados é um questionário proposto por Fernandes (2021), que contém 8 questões fechadas e 1 aberta, referentes às informações gerais do professor, informações gerais sobre os alunos com deficiência, inserção dos escolares com deficiência nas aulas remotas de Educação Física e aqueles referentes a sua participação nas aulas remotas de Educação Física.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em risco psicológico durante a aplicação do questionário, no qual poderá sentir-se constrangido (a) frente a alguma questão e preferir não se manifestar, tendo o direito de responder apenas às perguntas que desejar, evitando assim esse risco psicológico.

Quanto ao risco de extravio de dados os pesquisadores serão os únicos a ter acesso aos dados, mas poderão ocorrer extravio dos dados decorrentes de furto ou perda, assim serão tomadas todas as providências necessárias para manter o sigilo, a saber: a) identificação dos indivíduos nos questionários por números; b) limitar o acesso aos questionários apenas pelo tempo determinada pela pesquisa, posteriormente será arquivado pelo pesquisador responsável; c) suspensão da pesquisa, caso seja detectado perda ou roubo de documentos.

Por se tratar de um estudo em ambiente virtual, devem seguir as diretrizes da Carta Circular nº 1/2021, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, bem como a descrição e justificativa do procedimento a ser utilizado. O arquivamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para garantia do sigilo e confidencialidade das informações do participante, será de responsabilidade do pesquisador.

Após a coleta dos dados e a sistematização em uma planilha do *Microsoft Office Excel* será realizada a inspeção visual dos dados para verificar possíveis duplicidades, inconsistências no preenchimento e/ou identificação de pessoas que não atendam aos critérios de inclusão. Posteriormente, os dados serão analisados pela estatística descritiva, que segundo Guedes (2005), o objetivo básico é sintetizar um conjunto de valores semelhantes, permitindo uma visão global de sua variação. Os dados são organizados e descritos de três formas: por meio de tabelas, gráficos e medidas descritivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por se tratar de um Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, os resultados e discussão serão apresentados após a autorização do Comitê de Ética da Univértix, coleta e análise dos dados obtidos, bem como a confrontação com a literatura pertinente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, a conclusão será apresentada após finalização do estudo, identificando possíveis limitações e contribuições para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

BIEDRZYCKI, B. P. *et al.* **Metodologia do ensino da Educação Física**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

BORBA, R. C. N. *et al.* Percepções docentes e práticas de ensino de Ciências e Biologia na pandemia: uma investigação da Regional 2 da SBEnBio. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, vol. 13, n. 1, p. 153-171, 2020.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Lei 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília-DF: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013.

CURY, C. R. J., FERREIRA, L. A. M., FERREIRA, L. G. F. O Aluno com Deficiência e a Pandemia. **Instituto Fabris Ferreira**, São Paulo, p. 1-15, 2020.

ELIAS, M.P.; MONTEIRO, L. M. C.; CHAVES, C. R. Acessibilidade a benefícios legais disponíveis no Rio de Janeiro para portadores de deficiência física. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 3, p. 1041-1050, 2008.

FERNANDES, M. P. S. C. Escolares com deficiência no contexto da pandemia: percepções dos professores de educação física das escolas da rede municipal de João Pessoa, p 57-58, 2021.

GUEDES, Terezinha Aparecida *et al.* Estatística descritiva. **Projeto de ensino aprender fazendo estatística**, p. 1-49, 2005.

LARA, F. M.; PINTO, C. B. G. C. A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente. **Universitas: Ciências da Saúde**, v. 15, n. 1, p. 67-74, 2017.

GARCIA, T. C. M.; MORAIS, I. R. D.; ZAROS, L. G.; RÊGO, M. C. F. D.; GOMES, A. V. **Ensino remoto emergencial**: orientações básicas para elaboração do plano de aula. Natal: SEDIS/UFRN, 2020.



Matipó/MG

XV FAVE

Fórum Acadêmico da Univértix

19 a 23 de Setembro de 2022

UNIVÉRTIX

Um Centro Universitário feito com você!

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. **Educação na pandemia:** a falácia do ensino remoto. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, Ano XXXI, n. 67, p. 36-49, jan. de 2021.